



GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**Ata da 7ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE  
ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS (CONATRAP)**

**Brasília/DF.  
31 de maio de 2017**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31

## Ata da 7ª Reunião Ordinária do Conatrap

32

33

34

35 Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezessete, no Shopping ID, 2º andar, Torre A,  
36 Sala 210 (Sala de Treinamento Ana Paulo Galdino), Brasília, DF, foi realizada a 7ª Reunião  
37 Ordinária do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap), instituído  
38 pelo Decreto nº 7.901, de 4 de fevereiro de 2013, órgão da Secretaria Nacional de Justiça do  
39 Ministério da Justiça. A reunião foi aberta pela senhora Alessandra Xavier, Diretora Adjunta do  
40 Departamento de Políticas de Justiça (DPJUS) do Ministério da Justiça, que deu as boas-vindas  
41 a todos e passou a palavra ao Dr. Jorge da Silva (Diretor do DPJUS) que ao dar as boas-vindas  
42 lembrou da militância em Direitos Humanos em sua carreira, justificou a ausência a princípio do  
43 Secretário Nacional de Justiça (Dr. Astério Pereira) que estava na posse do novo Ministro da  
44 Justiça o Dr. Torquato Jardim, além de ressaltar a importância do CONATRAP desejou que o  
45 dia fosse profícuo a todos. A Dra. Alessandra retoma a palavra e apresenta a equipe da SNJ:  
46 Renata, Carlos, Fernanda, Natasha, Johnes, Celva e Marina. Apresentação dos demais membros  
47 do Conatrap: Adilson de Carvalho (Conatrae), Anita Monteiro (SPM), Daniela Muscari (DPU),  
48 Daniela Rosa (DPF), Dalila Figueiredo (Asbrad), Daya Almeida (ICMPD), Eliane Souza  
49 (CNPPIR), Elias de Sousa (SDH), Érica Kaifer (OIM), Fernanda Fuentes (UNODC), Graça  
50 Gadelha (Aliança), Graziella Rocha (Consultora UNODC), Irene (CNPPIR), Jeanete Mazieiro  
51 (CNDM), Jeanne de Souza (RNPETP), João Akira (MPF), Leila Silva (Postos), Liliane Amorim  
52 (Senap/Conasp), Lucimara Cavalcante (Conanda), Maria Ione Menezes (UNIT), Marcos Guerra  
53 (MTUR), Maurício Brito (MPT), Patrícia Ponte (MPF), Rosângela Santos (CNAS), Rosileide da  
54 Silva (CNTur) e Tathiane Araújo (CNDC-LGBT). Com a suficiência de quórum, foram abertos  
55 os trabalhos. Alessandra Xavier (Diretora Adjunta DPJUS): falou sobre a dificuldade de  
56 realização da reunião em razão de orçamento e mudanças na gestão. Lembrou que a política não  
57 parou, com encontros e capacitações. As reuniões anteriores foram focadas na construção do  
58 regimento interno, mas agora o foco é retomar a atenção nas políticas. Neste momento com a  
59 palavra a servidora da CETP Natasha Mercaldo justificou as ausências das entidades, Só Direitos,  
60 Trama, Astral e Rede Feminista, lendo as comunicações enviadas pelas entidades à CETP. Houve  
61 a leitura da pauta, sem nenhuma manifestação contrária, a conselheira Dalila questionou a leitura  
62 da ata da última reunião. Alessandra (Diretora Adjunta DPJUS): respondeu sobre as atas  
63 anteriores e fala da presença de novos membros passando a palavra para a coordenadora Renata  
64 Braz. Ela informou que ao assumir a coordenação se deparou com diversos materiais dentre eles  
65 o Sumário executivo da VI Reunião, contudo mencionou que não tinha certeza se o documento  
66 tinha sido circulado com os demais membros. Diante da negativa de conhecimento sobre o  
67 sumário executivo, e tendo em vista que o material é muito extenso (106 páginas) pactuou-se o  
68 envio para todos os membros para que se proceda a leitura e avaliação e sua aprovação  
69 condicionada para a próxima reunião. Abordou que na última reunião do Conatrap também  
70 localizou registro de que para a eleição dos novos membros da sociedade civil para o próximo  
71 biênio, havia sugestão que se criasse uma subcomissão para tratar da pauta. A eleição será tratada  
72 em reunião exclusiva em função da importância do tema. No Conatrap existem 4 comissões, com  
73 um coordenador cada. Fez referência aos convidados, MPF, MPT e DPU, sendo este com  
74 interesse de assento permanente no Conatrap e na Tripartite. Informou a todos presentes que em  
75 suas pastas havia cópia do ofício da DPU que solicitava a entrada do órgão neste coletivo. Passou  
76 a palavra a Dra Daniela Muscari (DPU) representante presente da DPU que apresentou a atuação

77 do órgão no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas principalmente na assistência as vítimas e  
78 atendimento jurídico. Daya Almeida (ICMPD) fez um agradecimento a DPU pelo atendimento  
79 de um caso em PE. Dalila Figueiredo (Asbrad): também fez referência ao excelente trabalho da  
80 DPU. Lucimara Cavalcante (Conanda): indagou a possibilidade dessa pauta ser sobre a  
81 participação da DPU ser decidida naquele mesmo dia. Adilson de Carvalho (Conatrae): reforçou  
82 a participação da DPU no auxílio jurídico nas atividades do Conatrae. Tathiane Araújo (CNDC-  
83 LGBT): questionou os critérios de seleção para ingresso no Conatrap no Regimento Interno.  
84 Renata Braz (Coordenadora ETP do MJ): sugeriu o acolhimento do pedido da DPU hoje na  
85 condição de Convidada permanente e que na próxima reunião após o estudo do Regimento do  
86 CONATRAP verificariam se permaneceria como convidado permanente ou membro efetivo,  
87 tendo em vista a necessidade de paridade entre governo e sociedade civil neste coletivo. Informou  
88 que irá encaminhar um ofício para atualização dos membros titulares e suplentes e indicação de  
89 um membro para participação no seminário internacional em agosto. Lembrou que a política de  
90 enfrentamento ao tráfico de pessoas continuou, mesmo com a interrupção das reuniões do  
91 Conatrap, tendo como exemplo a lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016. Dalila Figueiredo  
92 (Asbrad): informou que fizeram um trabalho de tradução da lei para 3 línguas (inglês, espanhol  
93 e inglês), e disponibilizou alguns exemplares, neste momento Renata Braz (Coordenadora ETP  
94 do MJ) informou que seria possível disponibilizar estas versões traduzidas da lei nos canais de  
95 comunicação da coordenação. Tathiane Araújo (CNDC-LGBT): solicitou a revisão das  
96 indicações das instituições da sociedade civil no Conatrap. Renata Braz (Coordenadora ETP do  
97 MJ): esclareceu que os membros foram eleitos há 4 anos, e que a intenção é que se discuta na  
98 próxima reunião o formato desta eleição. Graziella Rocha (Consultora UNODC): explicou que  
99 estava presente na coordenação de enfrentamento ao tráfico de pessoas no momento que foram  
100 realizadas as eleições dos membros da sociedade civil para o Conatrap, explicitou que houve  
101 chamada pública ressaltando que para a composição atual teve ampla participação da sociedade  
102 civil. A entidade tinha que mostrar alguns requisitos como relatório de atividades dos 3 últimos  
103 anos e ata da diretoria, sendo todo o processo via internet. A ideia é que assim houvesse mais  
104 participações das entidades, inclusive daquelas que não teriam orçamento disponível caso o  
105 processo eleitoral fosse presencial em Brasília. Tathiane Araújo (CNDC-LGBT): questionou a  
106 metodologia de eleição quanta a representatividade. Rosângela Santos (CNAS): questionou a  
107 necessidade de comunicação e encaminhamento prévias das discussões a serem realizadas nas  
108 reuniões. Dalila Figueiredo (Asbrad): reforçou a necessidade de participação social e renovação  
109 nas eleições do Conatrap. Jeanete Mazieiro (CNDM): sugeriu que as reuniões não realizadas  
110 sejam atualizadas. O Dr. Maurício Brito (MPT) reforçou a necessidade de atuação na semana de  
111 mobilização. Alessandra abriu as apresentações sobre as ações da CETP e solicitou que Daya  
112 Almeida (ICMPD) falasse um pouco sobre o trabalho do MT Brasil. Ela manifestou que por meio  
113 deste projeto esteve presente em ações de fronteira tanto no Norte e Sul do país. E destacou que  
114 perceberam as problemáticas distintas como no Oiapoque a questão de exploração sexual e em  
115 Uruguaiana exploração laboral. Dalila Figueiredo (Asbrad): falou do trabalho da Asbrad nas  
116 fronteiras e reforçou a ideia de fortalecer a fronteira, pensando na construção de ações  
117 permanentes para o ETP. Sugeriu criar uma relação de confiança com o Exército e a Marinha.  
118 Elogiou a PNETP. Daya Almeida (ICMPD): ressaltou a importância de monitoramento e  
119 avaliação para as atividades e sugere convidar uma expertise na área. Lucimara Calvacante  
120 (Conanda): perguntou a Daya se nos municípios teve comprometimento de gestores para realizar  
121 as ações pactuadas ou se foi só um curso de capacitação. Daya Almeida (ICMPD): disse que do  
122 seu conhecimento não houve acordo de gestores, somente o curso de capacitação. Alessandra  
123 Xavier (Diretora Adjunta do DPJUS): abordou as ações que surgiram da Carta Acordo com o

124 UNODC, como a avaliação do II PNETP, construção do III PNETP e o relatório de dados  
125 nacionais de 2014 a 2016. Diante da ausência da Embaixadora Márcia Loureiro que iria explicar  
126 sobre a CPLP, Renata Braz comentou sobre a CPLP, sendo que esse ano o Brasil é o presidente.  
127 A reunião de Ministros da CPLP será em junho e os países aderirão a campanha do Coração  
128 Azul. Érica Kaifer (OIM) e Fernanda Fuentes (UNODC) explicaram o que é o GLO-ACT, cujo  
129 objetivo é fortalecer as ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes.  
130 Anita Monteiro (SPM): informou que precisa de 45 dias para participar dos eventos e da destacou  
131 a importância de ter essas informações do Gloact e da UNODC por algum meio para subsidiar  
132 esses dados. Enfatiza como a questão de gênero é transversal. Daniela Muscari (DPU): entende  
133 que a padronização de ações pode ajudar, como os fluxos de atendimentos as vítimas. Dalila  
134 Figueiredo (Asbrad): reforçou a necessidade de atuação conjunta dos órgãos e do Conatrap,  
135 como, por exemplo, as mulas do tráfico. Alessandra (Diretora Adjunta do DPJUS) e Daya  
136 Almeida (ICMPD): apresentaram o projeto JTIP em parceria com ICMPD. Renata deu um  
137 informe sobre passagens e diárias. Assim encerraram-se as atividades da manhã. Iniciando os  
138 trabalhos da tarde, o Dr. Akira pediu uma intervenção para incluir na pauta a discussão sobre a  
139 portaria 374, de 3 de maio de 2017, do MJ, que cria uma série de obrigações que segundo ele  
140 dificulta o atendimento migrantes, menciona que a resolução normativa 122 do CNIG era mais  
141 simples e que deveria ser acatada pelo MJ. Renata Braz perguntou se poderiam discutir esta  
142 proposta de recomendação na próxima reunião, mas os membros se manifestaram que a  
143 deliberação deveria ser no mesmo dia. Eliane Souza (CNPIR): propôs a deliberação de uma  
144 recomendação de revogação da Portaria 374. Dalila Figueiredo (Asbrad): relatou que a situação  
145 que afeta os indígenas da região de Pacaraima, em situação de tráfico. Rosângela Santos (CNAS):  
146 expressou apoio a recomendação e reforçou a emergência no atendimento das pessoas na região.  
147 Leila Silva (Postos): colocou os postos de enfrentamento ao TP à disposição para auxiliar na  
148 recomendação e relatou dificuldades na assistência também em Manaus. Também pediu apoio a  
149 garantia de direitos para as vítimas de exploração sexual, em especial para o grupo LGBT. Sendo  
150 assim, tanto o DR. Akira como a Leila representante dos Postos se dirigiram ao computador para  
151 minutarem a recomendação a ser encaminhada ao Ministério da Justiça. Dando sequência à  
152 reunião, Graziella Rocha (Consultora UNODC): falou sobre a avaliação do II PNETP, falou  
153 sobre o histórico de construção do II PNETP e apresentou a consulta pública de avaliação do II  
154 PNETP (que está aberta até dia 12 de junho). Graça Gadelha (Aliança): questionou a plataforma  
155 em que a consulta foi feita e que entendeu como poucas as perguntas sobre a avaliação, além de  
156 ter alertado sobre possíveis problemas na extração dos dados da consulta. Renata Braz  
157 (Coordenadora ETP do MJ): informou que antes da consulta foram realizadas reuniões com a  
158 CGTI para definir a plataforma e que as perguntas abordam os eixos da II PNETP. Renata sugeriu  
159 que pode ser feito é um pré-resultado junto com a equipe de TI, também informou que a consulta  
160 pública é somente um dos instrumentos de avaliação da II PNETP. Sobre o seminário  
161 internacional, Renata informou que ele representa uma das metas do II PNETP e faz parte das  
162 ações do GLO-ACT, sendo um espaço de avaliação do II PNETP, construção do III PNETP e  
163 capacitação da rede. O seminário deve ocorrer nos dias 1º e 2 de agosto e o encontro da rede será  
164 no dia 3 de agosto, e deve contar com cerca de 120 pessoas. A participação do Conatrap para  
165 além da sua presença, será pela escolha de 17 entidades para o evento, sendo que 7 serão  
166 custeadas pelo MJ, e deverão ser encaminhadas até o dia 16 de junho, sendo a escolha realizada  
167 pelos coordenadores das comissões. Também poderão ser encaminhadas contribuições para a  
168 programação do seminário até o dia 16 de junho também. Nesse momento foram lembradas as  
169 comissões do Conatrap. A indicação das entidades no seminário internacional seguirá os  
170 seguintes critérios mínimos: a) especialistas em tráfico de pessoas e contrabando de migrantes;

171 b) regionalidade (2 de cada região), assim houve uma alteração na quantidade de indicações que  
172 serão custeadas pelo MJ, de 7 inicialmente passou-se para o número de 10 entidades. Alessandra  
173 Xavier (Diretora Adjunta do DPJUS): propôs a realização da próxima reunião do Conatrap no  
174 1º dia do seminário, no período da noite, e a terceira reunião nos dias 26 e 27 de outubro, o que  
175 foi aceito. João Akira (MPF): apresentou a recomendação sobre a Portaria 374. O Secretário  
176 Astério se desculpou pela ausência no período da manhã e relembrou a importância dessa reunião  
177 para os direitos humanos, enfatizou que o foco deve ser no indivíduo, promoveu a pauta de ETP  
178 como causa humanitária e acrescentou que os trabalhos do MJ continuam e que seu gabinete está  
179 aberto aos pleitos. Eliane Souza (CNPIR): agradeceu a menção aos indígenas nas preocupações  
180 do Conatrap. João Akira (MPF): explicou ao Secretário as razões da recomendação pela  
181 revogação da Portaria 374. A recomendação foi posta em votação e aprovada. O Secretário  
182 Astério agradeceu a recomendação e disse que o MJ já está trabalhando nesse sentido. Carlos  
183 Chagas fez a leitura dos encaminhamentos. Alessandra agradeceu a realização da reunião e a deu  
184 como encerrada. Desejou bom retorno a todos e nada mais havendo a tratar, encerrou a 7ª Reunião  
185 Ordinária do Conatrap.

186

187

Brasília, 31 de maio de 2017.

188

189

**Maria Fernanda Jorquera Briceño**  
Secretária Executiva do Conatrap

190